



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
Secretaria-Executiva

Portal
Atos.gov

Brasília-DF
2017



1. PROBLEMA

As pessoas não conseguem encontrar normas do Governo federal na internet. A frase anterior, por mais impactante que possa ser, expressa uma realidade atual: é árdua a tarefa de cidadãos e servidores que tentam encontrar normas e demais atos administrativos do governo federal na internet. Porém, isso não ocorre apenas na Esplanada dos Ministérios nem sequer se restringe à Administração Pública Federal. Diversas pessoas, de diferentes lugares do país, servidores ou não, despendem muito tempo na frustrada tentativa de encontrar atos administrativos na internet, situação absurda e inaceitável.

Atualmente, o Centro de Estudos Jurídicos, órgão da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, mantém “no ar” e atualizado o Portal da Legislação, por meio do qual disponibiliza, de maneira organizada e estruturada, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), as Leis e os Decretos.

Contudo, se considerarmos o universo de normas que a Administração Pública produz, esse relevante trabalho é apenas a “ponta de um *iceberg*”, uma vez que no referido portal são disponibilizados algo em torno de 400 normas por ano, ao passo que são produzidas aproximadamente **1.500 normas de hierarquia inferior por dia**, tais como portarias, instruções normativas e resoluções, assinadas por diversas autoridades nos 27 ministérios e em suas 159 autarquias e fundações. A disponibilização dessas milhares de normas diárias na internet é gerenciada por cada órgão ou entidade, individualmente, sem padronização nem tampouco garantia de conteúdos ou atualização de vigência. Há, porém, um órgão federal que desde 1808 garante, por meio da publicidade oficial gerada pelo Diário Oficial da União, que as normas produzam seus efeitos jurídicos, sendo o guardião de todo **o acervo normativo federal: a Imprensa Nacional**.

2. OBJETIVO FINAL

Disponibilizar, em formato HTML, todos os atos administrativos publicados no Diário Oficial da União, contendo um controle de vigência e organizados em um Portal Nacional a ser gerenciado pela Imprensa Nacional, de maneira que possam ser encontrados pelos principais *sites* de busca mundiais.



O projeto visa atender a uma evidente demanda da sociedade, além de ajudar a aumentar a produtividade dos agentes econômicos, o que pode ser deduzido a partir de duas propostas apresentadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP para o Comitê Executivo do Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente, no documento Desburocratização para um Brasil Melhor – Propostas para o Desenvolvimento Econômico e Social, quais sejam:

- Site para acesso a toda legislação nacional - federal, estadual e municipal (Proposta 9)

Objetivo: criação de um mecanismo facilitado de análise e de consulta à legislação nacional, permitindo menor dispêndio de tempo e dinheiro para a busca de um assunto ou de mecanismos legais vinculados a uma matéria.

- Consolidação da legislação existente (Proposta 5)

Objetivo: a simplificação da legislação em vigor, proporcionada pela consolidação de leis, normas e regulamentos é uma das providências que traria relevante incremento à segurança jurídica e à estabilidade do ambiente de negócios, pois propiciará previsibilidade quanto às leis que estão em vigor e ao seu conteúdo.

3. CRONOGRAMA

Atualmente o Diário Oficial da União é impresso e também disponibilizado, em PDF, no portal da Imprensa Nacional. Naturalmente, ambos os serviços não permitem que portarias, instruções normativas, resoluções e demais normas de hierarquia inferior sejam encontradas pelos principais *sites* de busca mundiais.

A partir do dia 30/11/17, o Diário Oficial da União deixará de ser impresso e o planejamento desenvolvido pela Imprensa Nacional é que esta data coincida com a da primeira entrega do Projeto Atos.Gov.



1ª FASE: 30/11/17

- Entrega:

Disponibilizar no *site* da Imprensa Nacional todos os atos publicados no Diário Oficial da União a partir de 30/11/17, em formato que possam ser facilmente encontrados pelos principais *sites* de busca mundiais.

- Desafios:

- Fazer com que todas as seções do Diário Oficial da União sejam editadas na ferramenta *Good News*, que permitirá geração de arquivos em novos formatos;
- Definir modelo de arquivo a ser disponibilizado: por enquanto será uma combinação de XHTML (a ser visualizado pelo usuário), com marcações no próprio arquivo seguindo o padrão *Schema – Legislation* (incluindo URN), com o formato PDF/A 3-A (para garantir a integridade do conteúdo);
- Definir gerenciador de conteúdo (CMS) a ser utilizado no projeto: por enquanto será a ferramenta Zope/Plone;
- Desenhar um espaço que tenha navegação intuitiva e amigável ao usuário que deseja pesquisar arquivos no *site* da própria Imprensa Nacional.

2ª FASE: Até o final de 2018

- Entrega:

Disponibilizar no *site* da Imprensa Nacional todos os atos publicados no Diário Oficial da União desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, em formato que possam ser facilmente encontrados pelos principais *sites* de busca mundiais.

- Desafios:

- Encontrar ferramenta que faça a “raspagem” das matérias publicadas no Diário Oficial da União com o máximo de agilidade e precisão possível;
- Identificar forma de validar, com o mínimo de trabalho humano, que a matéria a ser disponibilizada corresponde fielmente ao que foi publicado.



3ª FASE: 2018

- Entrega:

Iniciar controle de vigência das normas publicadas pela Imprensa Nacional e disponibilizar no *site* a versão consolidada dos atos (versão que está em vigor incluindo todas as alterações);

- Desafios:

- Desenvolver ferramenta (*script*) que consiga, com o mínimo de trabalho humano, identificar e tachar normas ou dispositivos que forem expressamente revogados por normas mais recentes.

4ª FASE: A definir após implementação das fases anteriores

- Entrega:

Construir Portal Nacional com normas publicadas nas esferas federal, estadual e municipal.

- Desafios:

- Construir a melhor forma de viabilizar o Portal Nacional.

5. ENCAMINHAMENTOS

Para concretização do projeto, a Secretaria-Executiva da Casa Civil e a Imprensa Nacional estão buscando parceiros públicos e privados que possam contribuir com conhecimentos, recursos humanos, financeiros ou tecnológicos em relação a qualquer uma das fases apresentadas.